

José António Afonso

Universidade do Minho

» Na observação das mudanças estruturais das sociedades há, por vezes, imposição de agendas políticas que nos inibem compreender os traços identitários das outras estruturas sociais ou, pelo contrário, configuram a importação de problemas e problemáticas que são alheias, mas que em períodos de forte permutabilidade e introsão, ditam uma espécie de efeito de verosimilhança.

A proximidade de Estados-Nação que partilharam histórias que, em tensão territorial, foram erigindo as suas especificidades – frequentemente mantendo posições de radical oposição – e legitimando o que era distinto origina que se criem mecanismos de ensimesmamento societário que cerceiam (pelo menos simbolicamente) qualquer vulnerabilidade.

Mas defender uma identidade enquistada numa retórica de pureza origina que não nos distanciemos da subserviência política nem saibamos discernir sobre os reais problemas que bulem na sociedade portuguesa.

É, na crucialidade, das dinâmicas cruzadas das sociedades com quem confluímos no destino europeu que as encruzilhadas ganham visibilidade. Em particular gerações teceram um sentimento de perenidade portuguesa que inibe pensar as transformações estruturais dos outros países e a questão tanto mais nos afronta quando do *país vizinho* se trata.

Cinco *olhares* são propostos com o intuito de patentear as dimensões que em Espanha nos confrontam com a modernização global (e local).

1

Introdução

Em 1931, Kostas Nearjos, Consul Geral da Grécia em Portugal, de 1919 a 1924, cujo pseudónimo literário é Kostas Uranis, percorre a Espanha. As crónicas que escreveu sobre essa visita reuniram-se em livro, publicado em Atenas em 1934, com o título: *Sol y sombra. Figuras y paisajes de España*.

¹ Ideia retirada da expressão de Kostas Uranis: *España, el país de lo inesperado*

No livro coloca-se abertamente um confronto entre duas Espanhas: “Si Castilla es una señora católica que vive una vida monótona en un castillo melancólico, austera y aislada, orgullosa de su pasado y despreciando el presente, Andalucía es una joven del pueblo, lozana y morena, con labios rojos y mirada ardiente, que ama la vida, la danza y la canción; una mujer jugosa y vivaz, iletrada pero llena de encantos, supersticiosa, que cree en la quiromancia, adorna su pelo con una rosa, y pasa la mayoría de sus horas en el umbral de su casa, en lugar de en la cocina, concede citas amorosas dentro de las iglesias, tiene una sangre caliente y dulce, le gustan los vestidos llamativos y las joyas extravagantes, aunque sean falsas, y atraviesa la vida contoneándose con un paso danzarín... (...).

Porque Andalucía no es ya la España católica, y nos es aún completamente el oriente voluptoso. Está entre ambos, y el incomparable e inolvidable encanto emana de esta mezcla.” (Uranis, 2001, págs.123 e 124).

Um contraste antitético é evidente e algumas metáforas tonificam o olhar sobre o país que acabara de proclamar a República. A viagem de Uranis é através do tempo destacando épocas passadas e as surpresas que a aparição da modernidade provoca: “Toda esta afirmación arrogante de vivacidade, riqueza y modernidade es simples fachada. Madrid, queriendo servir a España, la traicionó, su europeísmo hace más llamativo el contraste de las costumbres y la vida de sus habitantes, que no tienen nada de europeos. Pretendiendo ser práctica, hizo más obvio su romanticismo, queriendo dar la impresión de una ciudad activa y vertiginosa, acentuó aún más la pereza; en pocas palabras, queriendo enseñar lo que es la nueva España, mostró exactamente lo que no es.” (Uranis, 2001, pág.68).

Uranis descreve-nos um país anacrónico que resiste a aceitar o “espírito moderno”. Espanha não é unitária parecendo ao autor mais uma imensa rede de pueblos unidos por uma identidade: a paixão, como lhe chamou.

Toda a percepção obedece ao estabelecimento de uma dualidade – “Cuanto más grande es la sombra, más luminoso es el sol”. – que marca indelevelmente a tensão da Espanha dos anos 30, e sem qualquer concessão os pólos opostos estruturam toda a narrativa – ao caracterizar Castela/Andaluzia vs. Galiza, Estremadura, Aragão,...,e mesmo quando pontua aproximações a cidades: Barcelona é o dia em contraste com a noite e no dia a divisão é entre trabalhadores e patrões -, que nos induz a visão de uma Espanha incapaz de se adaptar à realidade; de uma Espanha que morreu como país e como povo. Espanha é o D. Quixote que despertou do seu sonho impossível...

O pretexto que o livro de Uranis nos dá é podermos pensar um conjunto de transformações que no tempo se deram e que quebram o imaginário de alguns

tópicos eternos e consagrados – touradas, procissões, castanholas, leques, ... - que mortificaram a compreensão das dinâmicas sociais e simbólicas.

2

A cultura política em Espanha

Com a morte de Franco em 1975, surgiram milhentas hipóteses sobre o futuro de Espanha. Muitos consideravam que num país sem cultura democrática e onde as crispações tinham no passado assumido dimensões trágicas não se poderia augurar nenhum optimismo. Outros, provavelmente mais radicais, vaticinaram o retorno à situação de guerra civil dos anos 30.

Estes medos revelaram-se infundados. A Espanha em alguns anos instalou a democracia nas suas instituições e nas práticas políticas, desmontando os pressupostos dos mais cépticos, assentes num conjunto de argumentos que valorizam duas dimensões: os Espanhóis assumiram a transição democrática sem a quere-rém e na sua cultura política conservaram traços do passado franquista o que autorizaria a falar-se de post-franquismo e não de transição democrática. No entanto importará compreender que a relação que os Espanhóis estabeleceram com a democracia está ancorada num conjunto de transformações radicais que a sociedade espanhola experimentou, especialmente no campo dos valores, nos 20 últimos anos do franquismo, ou como afirma Raúl Morodo: O gradual deslizeamento para a recuperação democrática (Morodo, 1997, pág. 25).

Cerca de um terço dos Espanhóis “sonhava” com a democracia (Júlia, 1999) mesmo que esta preferência estivesse embebida de posições conservadoras o que se traduziu na conjugação simultânea de ordem e liberdade de expressão, ou seja numa concepção relativamente conservadora da democracia e com uma assinalável tendência para a moderação o que explicará, que a partir de 1975, os Espanhóis, quer de esquerda, quer de direita, tenham privilegiado as candidatu-ras às eleições mais próximas do centro.

Haverá, neste aspecto, uma herança franquista resultante das fases vicárias – a expressão é de Raul Morodo - que se processaram entre 1945 e 1975 - e que no fundamental se reflectiram numa adaptação às novas realidades sem questionarem a “legalidade fundamental totalitária” (Morodo, 1997, pág.29) e na preparação que o regime operou para uma mudança que se consubstanciou numa ruptura pactuada onde a influência da Revolução dos Cravos é crucial para estabelecer a chave mestra da transição, como lhe chamou Josep Sanchez Cervello: criar um modelo na base de “uma negociação entre a oposição democrática e os herdeiros das ditadura, negociação que não se verificara em Portugal” (Cervello, 1985, pág.221). A transição que é classificada por Juan Linz como uma “inova-

ção política quase sem paralelo no mundo” (apud Miguel, 1996. pág. 81) – processa-se ao longo de 5 anos e 3 meses:

- Morte de Franco (20 de Novembro de 1975)
- Juan Carlos assume a Coroa (22 de Novembro de 1975)
- Referendo para a Reforma Política (15 de Dezembro de 1976)
- 1^{as} Eleições Legislativas – ganha UCD (15 de Junho de 1977)
- Eleições Sindicais (Junho de 1978)
- Referendo da Constituição (6 de Dezembro de 1978)
- 2^{as} Eleições Legislativas – ganha UCD (1 de Março de 1979)
- Eleições Municipais (3 de Abril de 1979)
- Referendo do Estatuto da Autonomia - Catalunha e País Basco (25 de Outubro de 1979)
- Eleições para os Parlamentos Basco e Catalão (Março de 1980)

As mudanças operadas referem-se a dois processos: a instauração da democracia e a transformação de um Estado autoritário e centralista num Estado das autonomias, ou seja um Estado social e democrático de direito e estruturante da unidade e da diversidade com base numa Monarquia parlamentar.

A partir da chegada do PSOE à governação configuram-se três outras transições que decididamente pontuam a entrada da Espanha na modernização: 1º) transição política (acordos de Moncloa de 1977 até 1984); 2º) transição económica (integração na CEE) e 3º) transição social (estabelecimento dos pactos de Concertação Social). Este período que vai de 1983 até 1987 corporiza a segunda fase da mudança. Em termos gerais, desde 1975 opera-se uma transição pacífica e ordenada – que de acordo com alguns autores é um milagre semelhante ao milagre económico dos anos 60 – e que marca a leitura e percepção que os Espanhóis retiram da História: o consenso a cima de tudo: “(..), em Espanha as preocupações centrais das autoridades no período de transição não foram económicas, mas políticas (...). Em Espanha as autoridades económicas entenderam que só quando se tivesse confiança na veracidade das mudanças políticas em marcha e prometidas poderia empreender-se a disciplina na economia, uma vez que se neutralizava em grande medida a possibilidade de que os custos sociais e económicos da reforma se tornassem custos políticos que atentassem contra a democracia nascente “(Muñoz, 1997, pág. 395). Nascia um modelo neocorporativista.

Ao longo dos anos 80, o processo de consolidação democrática está finalizado em boa parte e verifica-se que a democracia ocupa uma posição central numa cultura política realista, pautada por um pluralismo moderado, mesmo quando

ao nível das Comunidades Autónomas fenómenos de pluralismo polarizado sejam expressão de particularidades histórica e antropológicamente embebidas no espaço. Esta é uma especificidade do sistema de partidos a que se junta uma outra ancorada no eixo distributivo (políticas fiscais) que a partir de 1989 são o cerne do debate entre o PSOE e o PP e que reflectem as tensões redistributivas de uma sociedade marcada por alterações no mercado de trabalho, com consequências nas mudanças das bases sócioestruturais dos partidos, em consonância com a emergência de atitudes ambivalentes relativamente ao Estado de Bem Estar. Se 80% dos Espanhóis crê que há grandes diferenças de rendimentos, um em cada três oscila entre a explicação individualista e a estrutural. Também se observa o mesmo no desencanto generalizado sobre o funcionamento do aparelho da Justiça, que no limite tem expressão numa corrente de opinião vincadamente partidária de uma ideia vingativa, vulgo: pena de morte. Estes aspectos marcam as transformações recentes da sociedade espanhola e reflectem, em parte, a emergência de políticas neo-liberais. De acordo com os dados elaborados pela Fundação Foessa e pela Cáritas (1998), são identificadas um milhão e setecentas mil pessoas em situação de pobreza severa, meio milhão em pobreza extrema estando cerca de 20% da população total afectada por situações de vulnerabilidade económica ou pobreza relativa. Estes dados são identificados com a desigual distribuição do rendimento e do crescimento económico por regiões; cerca de 10% das famílias acumulam 40% dos rendimentos enquanto 21,6% das famílias mais pobres possuem só 6,9% dos rendimentos.

Se durante os anos 80 se nota uma redução da pobreza, durante a década de 90, especialmente a partir de 1993 assiste-se ao ressurgimento da pobreza associado à conjuntura económica – com uma taxa de desemprego superior a 20% da população activa – e ao aumento das desigualdades salariais que estão correlacionadas com as modificações regressivas da política fiscal e com a desregulação do mercado de trabalho. Nesta fase aumenta a pobreza moderada e tendem a diminuir as formas de pobreza severa (FOSSEA/CÁRITAS, 1998, pág.201); assinala-se que do ponto de vista regional subsistem assimetrias estruturais como sejam os indicadores que referem que a pobreza se centra especialmente nas Comunidades Autónomas da Extremadura, Andaluzia e Canárias – particularmente na Andaluzia concentra-se 30,1% das 528.200 pessoas em situação de pobreza extrema.

Se optarmos pela identificação de um conjunto de indicadores que nos possam fornecer uma clarificação sobre o processo de modernização, entre 1941 e 1987 emergem factores estruturais que a partir de 1962, clarificaram a sociedade espanhola. Do ponto de vista político nota-se que o período de 1941-1951 é marcado pela ditadura e pela repressão; de 1952 a 1961, ainda que em ditadura, assiste-se à quebra do isolamento e ao início do reconhecimento internacio-

nal por parte de países (E.U.A., Vaticano) e instituições (ONU, FMI, OCDE). Entre 1962 e 1974 são ensaiados tímidos processos de liberalização (Lei da Imprensa) e assiste-se à emergência de correntes tecnocratas; de 1975 a 1982 é fundamentalmente o período de transição democrática, promulgação da Constituição e institucionalização da Monarquia; adesão à OTAN. De 1983 a 1987 consolida-se a democracia; governo socialista e adesão à CEE. No que se refere aos ciclos económicos nota-se que para o período é extremamente recessivo com tradução em práticas de racionamento e contrabando; o segundo momento é moderadamente expansivo enquanto que o terceiro período é fortemente expansivo. De 1975 a 1982 há recessão – crises de petróleo de 1973 e 1974 - e a partir 1983 é uma expansão moderada.

No que se refere à estrutura sectorial da actividade económica (agricultura, indústria e serviços) o período de 1962 - 1974 marca decididamente a passagem de uma sociedade agrícola tradicional para uma sociedade com um forte processo de industrialização e configuradora de uma economia de serviços – especialmente visível a partir de 1993. O período 1962-1974 acentua os processos de urbanização e de migrações (internas e externas) como, também desenha tendências: inversão das taxas de mortalidade infantil, aumento da esperança de vida, diminuição das taxas de analfabetismo, plena escolarização e boom universitário.

Este processo de modernização reforça a mobilidade social e inicia o fim do processo de nuclearização da família nas zonas rurais e a configuração de novas formas familiares nas cidades. É um período onde ganham contornos a queda da fecundidade e da nupcialidade e a evolução da ilegitimidade. No plano jurídico, formaliza-se a igualdade entre sexos (caso do divórcio, em 1981) e suspendem-se práticas discriminatórias (por exemplo entre filhos legítimos e ilegítimos) e despenaliza-se a contraceção, o adultério e certas formas da interrupção da gravidez.

É ainda um tempo de crescimento do associativismo cívico e solidário e da emergência do “terceiro sector”. O movimento inicia-se no anos 60, mas é nos anos 80 que começa uma relevante expansão – entre 1965 e 1990 criaram-se 150.000 associações, das quais 85% não são lucrativas –.

3

Notas sobre a questão religiosa

Relativamente à questão religiosa importará enfatizar o que tem sido sublinhado por alguns autores: a radical descontinuidade histórica que emerge a partir da transição democrática e cuja expressão se encontra plasmada na Constituição de 1978, no seu Artigo 16, configurando-se na sociedade espanhola uma tendência para a moderação, a tolerância e o pluralismo.

Do nacional catolicismo a uma secularização relativa, é toda uma experiência de construção democrática vivida pelos povos Espanhóis que se traduz, ainda, pelo modelo de laicização iniciado na década de 70 do séc. XX e que foi capaz de inibir a potencial pluralização da clivagem religiosa; mesmo que momentos tensos tenham germinado como em 1984 com a aprovação da LODE ou em 1991 com as declarações de João Paulo II criticando o neo-paganismo dos Espanhóis.

Num tempo relativamente curto construiu-se uma paz religiosa – refira-se o percurso da normalização das relações entre o Estado e as minorias religiosas que se enceta em 1982 e que ganha consistência nos Acordos de Cooperação de 1990, formalizando-se em 1992 com a promulgação de leis que outorgam três religiões minoritárias: protestantes, muçulmanos e judeus – que cerceou a estratégia da hierarquia católica – e das forças neo-conservadoras, de construção de um bloco ideológico católico, semelhante ao caso italiano.

As atitudes de moderação ideológica dos Espanhóis consubstanciam uma recusa de propostas limitativas da modernização social e vincam o pluralismo ideológico e a competência política.

4

Sobre a Ecologia...

No que concerne à questão ecológica a Constituição de 1978 reconhece o direito fundamental dos cidadãos em participarem em assuntos públicos bem como o acesso à informação dos registos públicos. Em termos legislativos assiste-se a um crescendo de um 1961 até 1994, e em particular nos últimos 15 anos os processos legislativos são significativos no que concerne à participação de ONG em Órgãos Consultivos – Impacto Ambiental, Questão da Água e Legislação sobre a Terra – bem como na necessidade de fomentar mudanças culturais. Foram criados oito Provedores do Ambiente (Moreno et alii, 1998).

Há aspectos marcantes na preservação do Litoral, considerado de interesse nacional, que passam pela destruição das construções inconvenientes; pela proibição de construir; pela definição do índice médio da construção, e pela definição de uma linha de costa non edificandi. A gestão do Litoral está dependente do governo central. Relativamente à preservação da floresta cercearam-se razias e aderiu-se à Directiva Habitat de 1992, havendo nesse sentido mais de 25.000 km² de floresta para assegurar a biodiversidade, - “pela conservação dos habitats naturais, bem como a flora e a fauna selvagens” -, apesar de, em 1997, se encontrarem 985 espécies de plantas ameaçadas.

Em termos de consumo per capita de electricidade, os valores situam-se na ordem dos 3.889 kw/h distribuídos da seguinte forma, de acordo com a origem: hídrica - 18,6%; carvão - 34,3%; petróleo - 7,2%; gás - 8,8% e nuclear - 29,8% (dados de 1997). Nota-se a introdução de experiências com objectivo de generalizar a produção de energia eólica (produção de 259 MV) e de energia solar (10.000 m² colector/ano). Em 1997, a Espanha é o 13º maior produtor de electricidade com 186.000.000 kw/h.

Apesar da progressiva implicação em estratégias de protecção ambiental, há uma questão pendente no destino político ibérico: a água.

As relações entre Espanha e Portugal têm sido relativamente tensas neste âmbito. Portugal tem 5 rios internacionais: Douro, Tejo, Lima, Guadiana e Minho. Desaguam todos em estuário. Desde os anos 60 existem convénios entre os dois países, que regulam o aproveitamento hidroeléctrico dos troços internacionais do rio Douro e afluentes, de 1964 e do Minho, Lima, Tejo, Guadiana e respectivos afluentes de 1968.

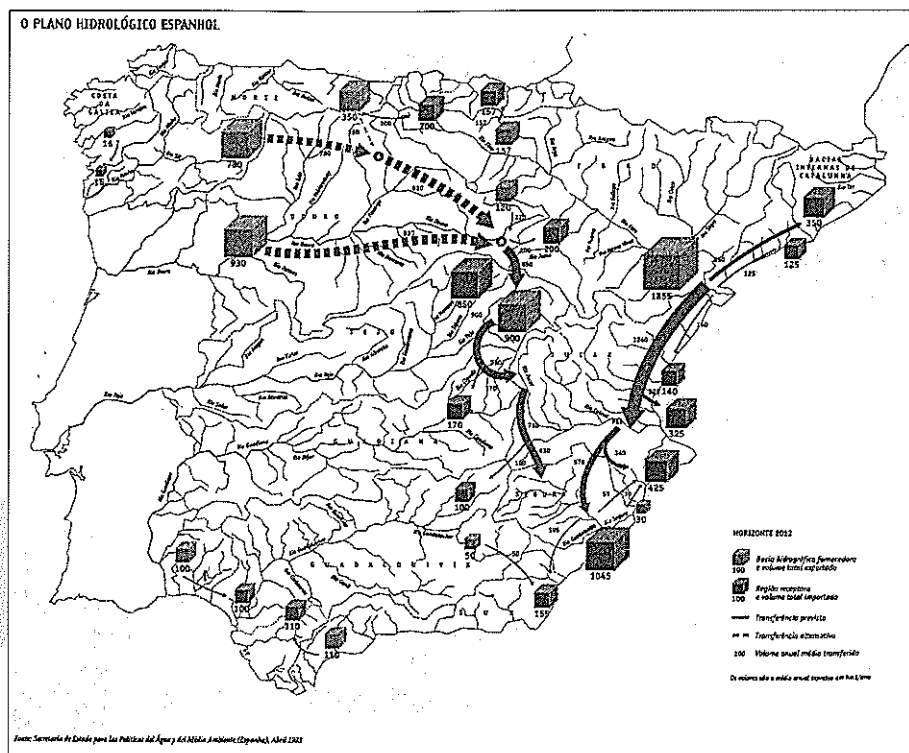
O problema que se coloca é precisamente Portugal ser um país de jusante, pelo que qualquer decisão que haja em Espanha tem um impacto extraordinário em Portugal - e basta recordar que cerca de 2/3 do território português está localizado em bacias internacionais -. É neste contexto que assume capital importância o Plano Hidrológico Nacional Espanhol de 1993 (e versões de 1998). Note-se, que desde 1972 até 1992 o Douro perdeu cerca de 20% de água, o Tejo 25% e o Guadiana 56%. Esta drenagem correlaciona-se com o aumento de utilização de água em Espanha, motivado por inúmeras razões que vão desde as irregularidades climáticas até às opções de modelos de crescimento económico, passando por investimentos em zonas onde a necessidade é premente, como no caso da Andaluzia. Entre 1987 e 1990, os Espanhóis constróem cerca de 49 grandes barragens e canais para transvases (Ver Gravura 1).

A esta face de problema junta-se uma confusão do elenco institucional da água e a descontinuidade das políticas hidráulicas. Portugal reage tarde: reclama o respeito pelos convénios assinados e inventaria as consequências funestas nos planos social e ambiental do desrespeito pelo princípio da precaucionaridade.

Convirá, para finalizar, referir que apesar das mudanças políticas ocorridas em Espanha, desde os anos 60 até aos anos 90, se nota uma grande consistência das posições espanholas relativamente à "questão da água".

Fonte: Janus 97, pág. 155

Gravura 1: Plano Hidrológico Español



5

Os nacionalismos

Um capítulo sensível prende-se com o nacionalismo; uma questão nacional ainda não resolvida

O desenvolvimento do nacionalismo espanhol através dos tempos condiciona a afirmação dos nacionalismos periféricos sendo o inverso também verificável. Durante o século XIX germinam movimentos de reivindicação territorial com base em pré-condições de identidade e animados por agentes sócio-políticos activadores da identidade colectiva numa direcção política.

Os nacionalismos históricos – Basco e Catalão – e o crescimento dos nacionalismos periféricos, entre 1900 e 1923, são a linha de fractura do modelo de Estado e do sistema político da Restauração.

Germinam desde finais do séc. XIX concepções regeneracionistas (Seixas, 1995, pág. 506 e segs.).

Nos anos 50 e 60, do séc. XX, assiste-se a uma evolução: “a ocupação” espanhola das regiões e a renacionalização – através do conceito de hispanidade – suportada pela política educativa franquista.

Após 1976 a consolidação democrática – cujo contributo dos nacionalismos é fundamental – procura a resolução do problema da estrutura territorial do Estado. A Constituição de 1978 combina a concepção da Espanha como nação política com o regime de estatuto de autonomia generalizáveis a todos os territórios do Estado, com particular referência às nacionalidades históricas i.e. aqueles territórios que plebiscitam um estatuto de autonomia na II República.

Como sintetiza Xosé Seixas: “O sistema das autonomias encerra imprecisões substanciais e até contradições de base, para além de subtilezas políticas. A fundamental é a indefinição conceptual, visto que se afirma por um lado, que a Espanha é a única nação política existente, mas depois reconhece a existência de “nacionalidades históricas”, (...) daí derivando interpretações divergentes. Por um lado, o estabelecimento de duas vias de acesso à autonomia (via rápida seguida pelas nacionalidades históricas e pela Andaluzia e a via lenta, seguida pelas outras, embora Valência, Navarra e as Canárias tenham ido mais depressa que as restantes) e a menção propositada às nacionalidades históricas, satisfazendo a exigência dos nacionalismos periféricos de que a estrutura territorial do Estado reconhecesse os “factos diferenciais”; por outro lado, ao criar um modo um tanto artificial as administrações autonómicas, tem-se gerado não só um certo caos administrativo (frequente sobreposição e duplicidade de administrações, o recurso aqui e ali ao financiamento das comunidades autónomas mediante a emissão de dívida pública), mas também um terreno de actuação complementar para aparecimento de elites políticas regionais que encontram uma legitimação dos seus aparelhos de poder na reivindicação de maiores quotas de autogoverno e que mesmo nalguns casos (La Rioja, Cantábria,...) começam a “inventar” uma nação anteriormente inexistente.” (Seixas, 1995, pág. 518-519).

Em boa parte a questão dos nacionalismos confronta-se com as realidades sociológicas dos últimos vinte anos que impõem novas agendas: o nascimento de elites locais fortes; conflitos entre regiões (veja-se a “guerra da água” em 1994, entre Castilla – La Mancha, Múrcia e Valência); a não coincidência entre as propostas dos partidos nacionais e as diferentes estratégias regionais; a emergência do neoregeneracionismo – via PP – e de posições conotadas com o princípio estabelecido por Jürgens Habermas, do “patriotismo constitucional” bem como o espanholismo, herdeiro da tradição jacobina e municipalista. Um conjunto de cenários podem-se configurar: um primeiro refere-se à manutenção ou alteração

da Constituição de 1978; um segundo prevê que a médio prazo não surjam tendências seccionistas, e um terceiro em que a preponderância do “duplo patriotismo” ganha contornos e como recorda Xosé Seixas “Espanha é um dos poucos estados que tem um hino sem letra”.

“Naturalmente, o facto de o duplo-patriotismo tender a ser a situação dominante, não quer dizer que seja uniforme, nem imutável, como bem sabem os historiadores: o tempo encarregar-se-á de esclarecer se esses sentimentos mudam ou ficam inalteráveis ou se o equilíbrio entre tendências centrífugas ou centrípetas muda definitivamente numa direcção ou noutra. Diversos factores poderão influir no desenvolvimento da questão nacional e Espanha entre eles o grau de maturidade e responsabilidade das elites políticas, tanto do Estado como dos nacionalismos periféricos e das administrações autónomas: a consolidação de um modelo de Estado aceite explicitamente por todos; a evolução da situação económica e o impacto que nas diferentes zonas de Espanha tem produzido a “Europeização” da legislação económica e social no âmbito da União Europeia; as consequências que estas têm tido nos diferentes sectores produtivos regionais.” (Seixas, 1995, pág. 526).

6

Transformações económicas

Um conjunto de indicadores fornecem-nos uma panorâmica da vitalidade da sociedade espanhola, mesmo que alguns deles, em termos de políticas sociais indiquem fortes disparidades regionais e algumas indefinições em termos de regularização macro-económica. No entanto a Espanha já não é aquele país que arrepiou Hans Christian Andersen em 1966 “Que transição, de entrar em Portugal, vindo de Espanha! era como sair da Idade Média para entrar no presente (...).

Aqui haviam chegado também, como uma brisa, as comodidades dos tempos modernos da Inglaterra, ou do restante mundo civilizado. De uma beleza pitoresca, com lindas casa brancas no meio da verdura, luzia ao alto, na nossa frente a primeira cidade portuguesa, Elvas.” (Andersen, 2001, pág. 24).

Hoje, questões novas se colocam – e para além das dimensões simbólicas que continuam a gerar equívocos – há, fundamentalmente que compreender as lógicas que, a partir da adesão à CEE, têm presidido às estratégias de internacionalização da economia espanhola. Em finais dos anos 90, Portugal atrai 1/3 do investimento directo de Espanha na U.E. e 1/4 do total do seu investimento no exterior.

Em 1986 Portugal revogou o regime prévio da autorização dos projectos de investimento, começando-se, então, a assistir a um fenómeno que configurou

uma tendência: os investimentos feitos via Espanha passaram a ser de base em Espanha (Simões, 1989). Assinale-se ainda, a intensificação das trocas comerciais.

Durante décadas, a Espanha nunca foi significativa em termos comerciais havendo mesmo um tradicional défice da posição comercial. A partir de 1986 esta situação inverte-se radicalmente, crescendo rapidamente, sendo os valores observados no período 1993 -1995 sete vezes (para as importações) e oito vezes (para as exportações) superiores ao período de 1983 – 1985. Em 1995 a Espanha ocupa o primeiro lugar enquanto fornecedor e o segundo enquanto cliente de Portugal, com uma quota de 21% nas importações e de 15% nas exportações.

No que concerne ao investimento no período entre 1984 e 1993, a Espanha realizou 15% do I.D.E. efectuado em Portugal (assinale-se que em 1984 apresentava 2,6%), essencialmente dirigido para os sectores da 1º) indústria transformadora; dos 2º) seguros e do 3º) comércio e distribuição. Tendência verificada em 1996. O número de sociedades de capital espanhol que operam em Portugal passou de 102 em 1985 para cerca de 3.000 em 1995 (ver *Anexo I*).

Este movimento tem originado comentários – “Em termos económicos Portugal depende mais de Madrid do que a Catalunha ou o país Basco” (Miguel Szymanski) – que reflectem um processo de criação de um “Mercado Ibérico Comum” assente numa Iberização dependente (Coelho, 1995) que passa por uma estratégia de valorização territorial espanhola, apoiada numa divisão ibérica do trabalho e num processo de indigeneização (Coelho, 1995, pág. 60 e segs.) que transforma algumas regiões em zonas de colonização industrial. Mas, por outro lado, como tem sido notado, a Espanha, apoiada em técnicas de produção, e de gestão mais avançadas possui uma estratégia mais abrangente actuando nomeadamente através de empresas de menor dimensão enquanto que Portugal opta por uma estratégia mais selectiva e concentrada, apoiada nas suas empresas e grupos mais significativos, procurando disputar a produção e os mercados de certos sectores mais ou menos estratégicos e/ou certas regiões de Espanha, mesmo que as grandes empresas portuguesas sejam pequenas em Espanha.

Recorde-se que nos últimos cinco anos a economia espanhola cresceu a um ritmo médio de 4% e o factor de eficiência é de 4,0, ou seja a eficiência da economia espanhola é superior à proporção demográfica – a Espanha é o segundo maior destino em milhares de pessoas e o quarto maior em milhões de dólares, segundo valores de 1998; a Bolsa de Madrid pela importância dos valores transaccionados é a sétima maior do mundo; é o décimo primeiro principal doador de Ajuda Publica ao Desenvolvimento;... - o que se traduz em termos de um maior peso negocial em alguns domínios, que são cruciais para Portugal, tais como a Agricultura e a Reforma da PAC; as Pescas; o Fundo de Coesão; e

Programas de Desenvolvimento Inter-Regional e aqui Portugal recente-se de incapacidades estruturais que o limitam, e neste aspecto José Medeiros Ferreira, em 1988 tinha equacionado com clareza os cenários para Portugal: “Em suma, a entrada de Portugal na CEE tanto poderá impulsionar um maior intercâmbio bilateral entre os dois países CEE como uma voluntária diluição por parte de Portugal do plano ibérico no contexto mais geral da integração europeia” (Ferreira et alii, 1988, pág. 96).

E advertia que o problema espanhol não era somente em termos de relações bilaterais mas fundamentalmente situava-se na projecção internacional de Espanha; enfatizava que um desenvolvimento desequilibrado entre Portugal e Espanha, após a entrada na CEE, será um factor de vantagem para a Espanha e um factor negativo para Portugal porque enquanto tornará o mercado espanhol num dos mais importantes multiplicará assimetrias em Portugal; referia ainda a importância das alianças internacionais e a disputa internacional que a língua portuguesa teria de travar com o castelhano. (Ferreira *et alii*, 1988, págs. 95 – 96 e 108).

7

Sobre a difusão cultural

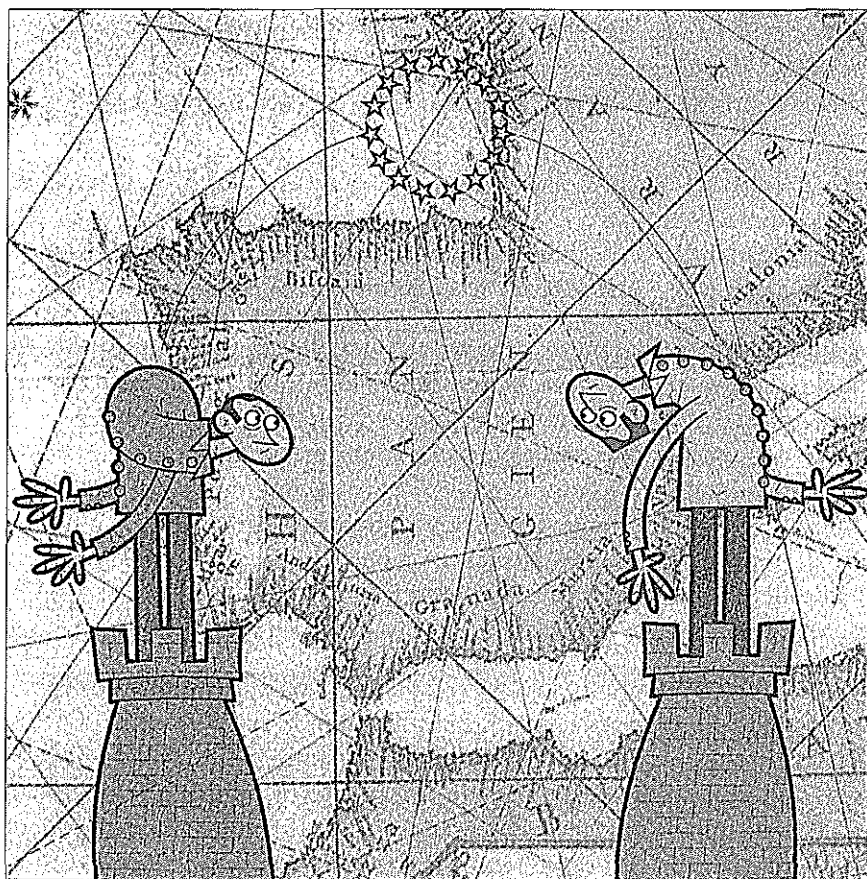
A Espanha, em 1999 é o 6º país a nível mundial com maior número de títulos editados e em muitos outros aspectos culturais desempenha um papel fundamental – veja-se, por exemplo, o renascimento cinematográfico que se plasma na capacidade de exportar com sucesso muito da produção cultural independentemente das relações que estabelece institucionalmente com outros países – . Proliferam escritores de referência universal; artistas inultrapassáveis – nas artes, na música, ... - são constantemente convocados como paradigmas de mudanças culturais ímpares, e no campo das ciências humanas e sociais, bem como de pensamento filosófico, uma plêiade de nomes são ancoragem reflexiva para muitas gerações de portugueses (ver em Anexo II os direitos de Autor movimentados).

As permutas culturais ultrapassam os medos e desconfianças políticas (assinale-se aquando da primeira Cimeira Luso-Espanhola, em Novembro de 1983, Lisboa rejeita a proposta de Madrid de se denominar Cimeira Ibérica). Há receios que não se desvaneceram e um deles é que os portugueses perceberam que a Espanha soube mudar mais depressa, e possivelmente melhor; reiterando-se por vezes cruzadas anti-espanholas que ainda que injustificadas se encontram enraizadas no imaginário (perpetuação de ditos populares e reprodução de tabus) e encontram expressão na resistência ao conhecimento das respectivas histórias “tão entrelaçadas, interdependentes e paralelas”, como enfatiza Mário Soares.

Síntese

Estes olhares podem contribuir para a descoberta de um vizinho que tem identidade e que nos últimos 60 anos se foi descobrindo. Oxalá os media e os manuais (escolares) se cumpram no destino de informar sem censuras políticas e simbólicas, porque senão ainda continuaremos grandes desconhecidos (como diz Jesus Cebério) e recusando a perspectiva dinâmica, diacrónica e dialéctica da mudança somos incapazes de apreender o que muda e de observar o que permanece. Fonte: Janus 97, pág. 165 ◀

Gravura 2



Anexo I

INVESTIMENTO BILATERAL LÍQUIDO ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

(em milhões de escudos)

Ano	IDE Espanhol em Portugal	IDE em Portugal (Total)	%
1984	648	24.958	2,60%
1985	1.561	35.926	4,35%
1986	1.949	23.125	8,35%
1987	7.897	44.198	7,87%
1988	8.982	94.867	9,47%
1989	37.661	258.653	14,56%
1990	56.774	379.667	14,95%
1991	62.052	340.608	18,22%
1992	22.782	291.503	7,82%
1993	55.748	198.175	28,13%
Acumulado	256.054	1.691.680	15,14%

INVESTIMENTO BILATERAL LÍQUIDO ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

(em milhões de escudos)

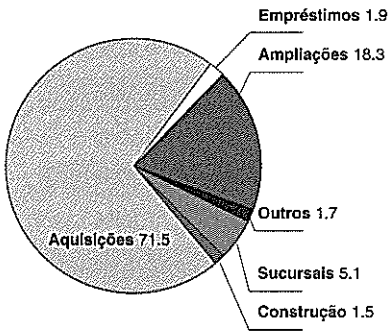
Ano	IDE Espanhol em Portugal	IDE em Portugal (Total)	%
1984	16	1.690	0,95%
1985	113	3.868	2,92%
1986	191	2.753	6,94%
1987	334	-1.638	-20,39%
1988	3.961	6.536	60,60%
1989	3.125	14.695	21,27%
1990	6.525	28.197	23,14%
1991	34.880	67.892	51,38%
1992	50.301	92.442	54,41%
1993	18.076	24.423	74,01%
Acumulado	117.552	240.858	48,79%

INVESTIMENTO DIRECTO
BILATERAL POR TIPO DE OPERAÇÃO

1989/93

(Valores líquidos acumulados em %)

De Portugal em Espanha

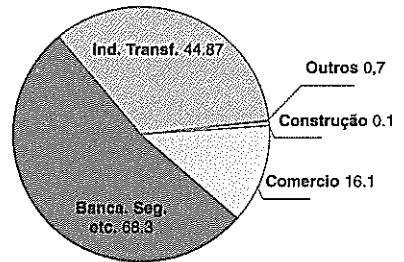


INVESTIMENTO DIRECTO
BILATERAL POR SECTORES DE ACTIVIDADE

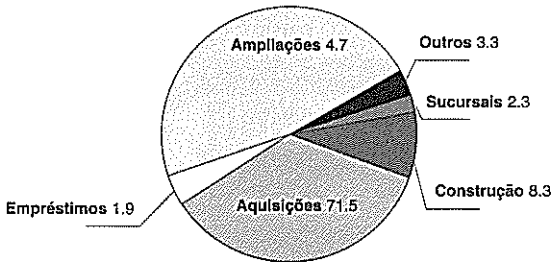
1984/93

(Valores líquidos acumulados em %)

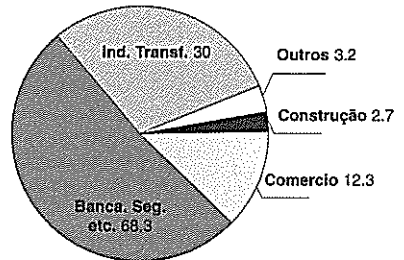
De Portugal em Espanha



De Espanha em Portugal



De Espanha em Portugal



Anexo II

Fonte: Janus 97, págs. 146 e 147

MOVIMENTOS DE SOCIEDADES ESTRANGEIRAS EM 1995/1996

Fonte: Janus 98, pág. 77

	Dir.Recebidos (95)	Dir.Recebidos (96)	Dir.Distribuídos (95)	Dir.Distribuídos (96)
EUROPA				
Alemanha (GEMA)	4 803 523\$00	6 949 095\$00	36 746 296\$00	46 164 733\$00
Áustria (AKM, AUSTRO-MECH)	1 554 316\$00	697 094\$00	2 013 082\$00	2 790 615\$00
Bélgica (SABAM)	3 253 207\$00	5 666 289\$00	5 337 532\$00	7 889 834\$00
Dinamarca (KODA NCB)	1 809 464\$00	40 9 587\$00	3 678 797\$00	3 262 991\$00
Espanha (SGAE)	126 072 390\$00	13 078 523\$00	152 734 192\$00	231 838 555\$00
Finlândia (TEOSTO)	2 246 673\$00	0\$00	330 760\$00	376 281\$00
França (SACD, SACEM, SCAM, SDRM, ADAGP)	213 069 769\$00	516 893 133\$00	50 709 124\$00	78 971 191\$00
Holanda (BUMA, STEMRA)	1 552 347\$00	2 255 940\$00	12 118 598\$00	17 814 371\$00
Inglaterra (PRS, MCPS, MRS, ALCS)	1 963 786\$00	1 552 470\$00	65 182 814\$00	62 089 761\$00
Itália (SIAE)	2 651 987\$00	3 471 494\$00	40 460 586\$00	46 609 343\$00
Suécia (STIM)	940 571\$00	614 128\$00	1 137 548\$00	913 395\$00
Suíça (SUISA)	6 201 884\$00	10 075 705\$00	4 531 054\$00	8 743 055\$00
Outros países	544 539\$00	3 515 557\$00	2 238 314\$00	3 905 995\$00
	366 664 456\$00	565 449 415\$00	377 218 697\$00	511 370 120\$00
AMÉRICA Argentina (SADAIC)	203 172\$00	61 950\$00	3 119 731\$00	2 531 081\$00
Brasil (ADDAF, AMAR, SADEMBRA, SBACEM, SBAT, SICAM, UBC)	4 404 294\$00	5 973 175\$00	27 344 711\$00	22 518 081\$00
Canadá (SOCAN, SODRAC, CANAMEC)	522 548\$00	898171\$00	5 995 413\$00	8 232 340\$00
Estados Unidos (ASCAP, AMRA, BMI, MRL, H.FOX, SESAC)	3 236 365\$00	2 663 525\$00	92 982 597\$00	88 645 929\$00
México (SACM)	56 124\$00	93 891\$00	1 618 862\$00	4 496 600\$00
Venezuela (SACVEN)	97 933\$00	16 146\$00	551 568\$00	1 743 356\$00

Outros países	558 281\$00	191 475\$00	239 998\$00	1 766 225\$00
	9 078 717\$00	9 898 333\$00	131 852 880\$00	129 933 685\$00
ÁFRICA				
ÁFRICA Africa do Sul (SAMRO)	98 836 \$00	52 177\$00	352 987\$00	281 785\$00
Outros países	5 881\$00	0\$00	414 493\$00	721 736\$00
	104 717\$00	52 177\$00	767 480\$00	1 003 521\$00
ÁSIA / OCEANIA				
Austrália (APRA, AMCOS)	277 600\$00	1 590 667\$00	4 631 483\$00	3 511 396\$00
Japão	2 196 269\$00	1 656 450\$00	4 412 728\$00	3 826 484\$00
Outros países	199 199\$00	2 237\$00	49 516\$00	2 925\$00
	2 673 068\$00	3 249 354\$00	9 093 727\$00	7 340 805\$00
Editores/Agências	5 080 503\$00	11 172 115\$00	77 278 015\$00	60 011 599\$00
Totais	383 601 461\$00	589 821 394\$00	596 210 799\$00	709 659 730\$00

Bibliografia

- ANDERSEN, H.C. (2001). *Uma visita em Portugal em 1866*. Lisboa: O Independente
- AA.VV. (2001). Em foco: Abraço Ibérico. Interesses comuns na extensa e concorrida auto-estrada da globalização. *Jornal de Notícias*, 26 de Junho - Suplemento
- ATLAS (2000). *Economia Pura*, n.º 24, Maio
- BARRETO, A. (1975). *Independência para o socialismo*. Lisboa: Iniciativas Editoriais
- CERVELLÓ, J.S. (1985). A influência de Abril na mudança de regime em Espanha. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17: Actas do Colóquio - Portugal 1974 -1984. Dez anos de transformações social, pp. 209 -221
- _____. (1993). *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição Espanhola (1961 – 1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim
- _____. (1997). *La Revolución de los Claveles en Portugal*. Madrid: Arco Libros
- COBAS, F. X. M. *et alii* (1999). Os problemas da integración en Europa. In: Xosé Manuel Souto González (Coord.), *Xeografía do Eixo Atlántico*. Ourense: Millennium, pp. 69 - 105
- COELHO, L. (1995). Iberização dependente: uma reflexão sobre o investimento directo industrial na Região Centro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, pp 59 – 84

- Consejo de Seguridad Nuclear (1996) *Memoria Anual, 1995*. Madrid
- CORKILL, D. (1998). Economía e identidade: as relações luso-espanholas e “o mercado ibérico”. In: Fernando Rosas, Maria Fernando Rolo (Coords.), *Portugal na viragem do século. Valor da universalidade*. Lisboa: Assírio & Alvim / Pavilhão de Portugal – Expo '98, pp. 7 - 47
- ETULAIN, J. C. I.; GONZÁLEZ, J. C. (1999). Los nuevos voluntarios: naturaleza y configuración de sus iniciativas solidarias. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 86, pp. 95-126
- FERREIRA, J. M. *et alii* (1988). *Posição de Portugal no Mundo (vol. IV de Portugal – Os próximos 20 anos)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Fundación FOESSA/CÁRITAS (1998). *Las condiciones de vida de la población pobre en España*. Madrid
- FONT, R. (1994). Singularidades Portuguesas. In: Mário Mesquita, José Rebelo (Orgs.), *O 25 de Abril nos média internacionais*. Porto: Ed. Afrontamento, pp. 199 - 203
- FUJI, J. P. (1999). *Un Siglo de España. La cultura*. Madrid / Barcelona: Marcial Pons
- GARCIA, C. R. (1994). Los españoles ante la justicia penal: actitudes y expectativas. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 67, pp. 219 - 240
- GASPAR, F. (s/d). Aldeadávila face ao associativismo ecológico português. In: *I Congresso Luso-Galego de Conservação e Ambiente. Actas* (Braga, 1 - 4 de Outubro de 1987). [s/l]: AZERT, pp. 283 - 284
- GIOL, J.C. (1994). Oposición y minorías en las legislaturas socialistas. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 66, pp. 91 - 113
- GONZÁLEZ, J. J. (1996). Clases, ciudadanos y clases de ciudadanos. El ciclo electoral del pos-socialismo (1986 - 1994). *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 74, pp. 45-76
- JANUS 97, Anuário de Relações Exteriores (1996). Lisboa: Público / Universidade Autónoma de Lisboa
- JANUS 98, Anuário de Relações Exteriores (1997). Lisboa: Público / Universidade Autónoma de Lisboa
- JULIÁ, S. (1999). *Un Siglo de España. Política y sociedad*. Madrid / Barcelona: Marcial Pons
- LEMONS, P. (s/d). Associativismo e defesa do Ambiente em Portugal. In: *I Congresso Luso - Galego de Conservação e Ambiente. Actas* (Braga, 1-4 de Outubro de 1987). [s/l]: AZERT, pp. 285-287
- MARTIN, R. D. S. (1990). Política y religión en la España contemporánea. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 52, pp. 65-83
- MARTINEZ, J. M. M. (1988). Tributación por el uso de la infraestructura. Apuntes históricos. *Sociedad e Territorio*, 7, pp. 63 - 68
- MENÉS, J. R. (1993). Movilidad social y cambio en España. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 61, pp. 77-125
- MESQUITA, M. (1994). Portugal na primeira página. In: Mário Mesquita, José Rebelo (Orgs.), *O 25 de Abril nos média internacionais*. Porto: Ed. Afrontamento, pp. 11-77
- MIGUEL, A. (1994). *La sociedad española, 1993-1994*. Madrid: Alianza Editorial.
- MIGUEL, J. M. (1996). Desarrollo o desigualdad? Analisis de una polemica sociologica de medio siglo en España. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 75, pp. 55-108
- MIRANDA, F. J. N. (1999). El valor de la ambivalencia. Las actitudes ante la meritocracia, la igualdad y el Estado de Bienestar en España en perspectiva comparada. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 86, pp. 185-221

- MONTERO; J. R. (1998). Religião e política em Espanha: os novos contornos da clivagem religiosa. *Análise Social*, 149, pp. 1053-1077
- MONTERO, J. R., MORLINO, L. (1993). Legitimación y democracia en el sur de Europa. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 64, pp. 7 - 40
- MORENO, F. S., et alii (1998) Spain. In: F. Sanchis Moreno et alii, *Doors to Democracy. Currents, trends and practices in public participation in environment decisionmaking in Western Europe*. Szentender: The Regional Environmental Center for Central and Eastern Europe, pp. 143-163
- MORODO, R. (1997). *A transição política em Espanha*. Lisboa: Ed. Notícias
- MUÑOZ, R. D. (1997). A crise económica e as transições para a democracia: Espanha e Portugal em perspectiva comparada. *Análise Social*, 141, pp.369 - 401
- NIEDERGANG, M. (1994). Uma surpresa chamada Juan Carlos. In: Mário Mesquita, José Rebelo (Orgs.), *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Ed. Afrontamento, pp. 161-167
- OCAÑA, F. A.; OÑATE, P. (2000). Las elecciones autonómicas de 1999 y las Españas electorales. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 90, pp. 183-228
- PATRIARCA, F. (1999). A Revolução e a Questão Social. Que justiça social? In: Fernando Rosas (Coord.), *Portugal e a transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Ed. Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea de FCSH da UNL, pp. 137-160
- PEREIRA, R. (2000). *Euskadi. A guerra desconhecida dos Bascos*. Lisboa: Ed. Notícias, 2ª ed.
- RODRIGUES, F. M. (Coord.) (1994). *O futuro era agora*. Lisboa: Ed. Dinossauro
- ROYO, S. (2001). Ainda o século do corporativismo? Espanha e Portugal comparados. *Análise Social*, 158-159, pp. 85-117
- ROZENBERG, D. (1996). Minorias religiosas y construcción democrática en España (Del monopolio de la Iglesia a la gestión del pluralismo); *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 74, pp. 245 - 265
- SANTOS, B. S.; CRUZEIRO, M. M.; COIMBRA, M. N. (1997). *O Pulsar da Revolução. Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*. Porto: Ed. Afrontamento/ Centro de Documentação 25 de Abril da Un. de Coimbra
- SCHMIDT, L. (2000). *Portugal Ambiental. Casos & Causas*. Lisboa: Círculo de Leitores
- SCHMITTER, P. (1993). Opinião pública e “qualidade” da democracia em Portugal. In: Teresa Patrício Gouveia (Coord.), *Sociedade, valores culturais e desenvolvimento*. Lisboa: Publicações D. Quixote, pp. 85-107
- _____ (1999). *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: ICS
- SELXAS, X. M. N. (1995). Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspectiva histórica e algumas hipóteses para o presente. *Análise Social*, 131-132, pp. 489-526
- SIMÕES, V. (1989). Investimento estrangeiro no quadro da integração ibérica. *CESO – Revista do Centro de Estudos “Economia e Sociedade”*, 1, pp. 161-176
- SILVA, M. C. (2000). Um olhar sobre a evolução da Europa Social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 32, pp. 55-68

- SOLER, D. M. (2000). A tradução da literatura espanhola em Portugal (1940-1990). In: Helena Carvalho Bueseu, João Ferreira Duarte (Coord.), *Entre Artes e Culturas*. Lisboa: Ed. Colibri / Centro de Estudos Comparatistas da F. L. da UL, pp. 71-135
- SZYMANSKI, M. (2001). Somos pequeninos. *Fortuna & Negócios*, 144, pp. 14-18
- TORCAL, M.; CHHIBBER, P. (1995). Elites, *cleavages* y sistema de partidos en una democracia consolidada: España (1986-1992). *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 69, pp. 7-38
- URANIS, K. (2001). *España. Sol y sombra*. Madrid: Ed. Cátedra
- USSEL, J. I.; FLAQUER, L. (1993). Familias y analisis sociologico : el caso de España. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 61, pp. 57-75
- VIDAL, N. (1998). *Cinema Espanhol. As novas tendências*. Porto: Edição Cinema Novo, CRL
- ZARAGOZA, A. (Comp.) (1988). *Pactos sociales, sindicatos y patronal en España*. Madrid: Siglo XXI

